

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 2
(JAN-JUN)
2016
PP. 150-174.

HISTÓRIA DAS LUTAS COM OS HOLANDEZES NO BRASIL:

ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA

(HISTORY OF FIGHTS WITH THE DUTCH IN BRAZIL: TEACHING HISTORY AND MEMORY)

MA. MARCELA IRIAN ANGÉLICA MACHADO MARINHO
Diretora Acadêmica da Faculdade da Amazônia
mmachadomarinho@yahoo.com.br

RESUMO: Neste trabalho apresentamos reflexões acerca das noções de história e ensino de história, narrativa, memória e lugares de memória, tendo em vista a escrita da história no século XIX brasileiro. Procuramos perceber o compromisso da escrita (narrativa) da história com o ideal da nação durante o Segundo Reinado – século XIX, levando em consideração os significados políticos e culturais dos usos do passado para a construção de uma memória (da nação), presente na historiografia, no ensino da História e que se perpetuaram nas políticas de preservação da memória nacional. Partiremos da análise da narrativa do episódio da invasão e expulsão dos holandeses no Brasil colonial (século XVII) elaboradas pelo historiador-diplomata paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), na obra *Historia das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, publicada em 1871, e sua relação com os manuais didáticos produzidos posteriormente. Nos servimos dos trabalhos de Arlette Gasparello e Thaís Nívia de Lima Fonseca, para pensar as ressonâncias da obra de Varnhagen, nos compêndios escolares de História do Brasil, tendo como fonte os manuais escolares escritos por Joaquim Manoel de Macedo, *Lições de História do Brasil*, e por João Ribeiro, *História do Brasil (Cursos Superior)*, levando em consideração como a temática das invasões e expulsões dos holandeses estava disposta nestes manuais didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Histografia brasileira; Ensino de História, Memória..

ABSTRACT: The present reflections on the history of ideas and teaching history, narrative, memory and memory locations, with a view to writing history in the Brazilian nineteenth century. We seek to understand the written commitment (narrative) history with the ideal of the nation during the Second Empire - XIX century, taking into account the political and cultural meanings of past uses for the construction of a memory (the nation), present in the historiography in the teaching of history and that is perpetuated in the preservation of national memory policy. We start from the invasion episode of narrative analysis and expulsion of the Dutch in colonial Brazil (seventeenth century) developed by history paulista and diplomat, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), the work history of fights against the Dutch in Brazil from 1624 to 1654, published in 1871, and its relation to the textbooks produced later. In serving the work of Arlette Gasparello and Thais Nívia Lima Fonseca, to think the resonances of the work of Varnhagen, in the textbooks of history of Brazil, with the source textbooks written by Joaquim Manoel de Macedo, History Lessons from Brazil, and João Ribeiro, in History of Brazil (Top Courses), taking into account how the issue of invasions and evictions of the Dutch was willing in these textbooks.

KEYWORDS: Brazillian historiography; Teaching History, Memory.

VARNHAGEN E A “MATRIZ” DE UMA HISTÓRIA ENSINADA: UMA HISTÓRIA RESSENTIDA

Varnhagen dedicou-se a elaboração de uma memória oficial da nação e o IHGB, associado a outras instituições, como a Academia Imperial de Belas Artes, o Museu Nacional, o Arquivo do Império, as faculdades de direito e medicina e o Colégio Imperial Pedro II, também se destacou nesta tarefa.

O historiador Michel de Certeau, em seu livro *A Escrita da História*, dedicou especial atenção às práticas e aos discursos históricos. Para ele a história faz referência a um exercício científico, produtora de conhecimento, cujos modelos dependem das variações de seus métodos, técnicas, dos atrelamentos que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é versada ou das normas que necessariamente orientam sua escritura (CERTEAU, 2011, p. 56-47). Nesta perspectiva faz-se necessário analisar o lugar social (o IHGB) e as práticas (concepção, metodologia e eleição de fontes) presentes na escrita varnhageniana (a narrativa do episódio da invasão e expulsão dos holandeses).

Francisco Iglésias, em *Historiadores do Brasil*, elegeu como marco fundador na história da historiografia brasileira o ano de 1838, momento de criação do IHGB. Segundo o autor,

Os traços mais notáveis do órgão, no entanto, são o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Pretende-se fazer uma história que tenha função pedagógica orientadora dos novos para o patriotismo da história, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito de história como mestra da vida que se cultua (IGLÉSIAS, 2000, p. 61).

Assim como Manoel Luiz Salgado Guimarães, identificou os temas norteadores relacionados a tal instituição de pesquisa, sendo eles o pensar sobre o Brasil, a partir de postulados de uma história empenhada em desvendar a origem, face da Nação, pelas palavras empenhadas dos letrados do IHGB, reforçando o desejo de forjar uma imagem homogênea do país (GUIMARÃES, 1988, p. 14). A história, continua o autor,

É, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Já pela adjetivação presente em seu nome Histórico e Geográfico, fica claro o

projeto da instituição de trabalhar com o instrumentário da história e da geografia. Na verdade, cada uma dessas matérias forneceria os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço; história e geografia enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado (GUIMARÃES, 1988, p. 14).

O que nas palavras de Pierre Nora, “seria a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...]. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico” (NORA, 1993, p. 09).

Para Nilo Odália, em sua tarefa, missão escriturária, o historiador do naipe de Varnhagen, como um letrado do IHGB, “deve homogeneizar o passado para que as peculiaridades sejam traços distintos de um povo e não no interior de um povo. O passado deve ser retomado, reconstruído em razão do interesse maior já definido, a Nação” (ODÁLIA, 1997, p. 37).

No prefácio da 1ª edição da *Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, à guisa de ilustração, Varnhagen relatou a dívida que havia

contraído com o seu público: a produção de uma história das lutas contra os holandeses (VARNHAGEN, 1872, p. VI). O visconde de Porto Seguro estava em Petrópolis, interior do Rio de Janeiro, quando o Império brasileiro declarou guerra ao Paraguai. O historiador-diplomata resolveu avivar, na lembrança daqueles que guerreavam, o exemplo de outro conflito mais antigo, “em que o Brasil, ainda como insignificante colônia, havia lutado ao longo de vinte quatro annos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações n’aquelle tempo mais guerreiras da Europa” (VARNHAGEN, 1872, p. VI). As palavras proferidas por Varnhagen em seu prefácio deixaram em evidência uma relação não somente com a história, mas com a memória. Pierre Nora, em seu artigo “Entre Memória e História. A problemática dos lugares” estabeleceu algumas distinções entre cada um dos termos:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e

incompleta do que não existe mais. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. [...] (NORA, 1993, p. 09).

A história das lutas pode ser lida como referência ao estudo do domínio holandês e ainda à história militar, seja como exemplo de um tipo de historiografia historista, prestando-se ao exercício da história da historiografia e, por fim, como exemplo do uso estratégico da memória social, tendo em vista seus objetivos de afirmação da identidade e da coesão dos grupos étnicos. Assim, podemos afirmar que mais do que uma obra de história, uma produção historiográfica, a *Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, é uma obra memorialística.

Em *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Arno Wehling afirma que para a construção da memória, o visconde de Porto Seguro utilizou-se da identificação dos lugares emblemáticos, pois,

Se à historiografia cabia auxiliar a promover a unidade nacional, não apenas descrevendo

processos, mas apontando exemplos, a localização dos acontecimentos – os “lugares emblemáticos” de Pierre Nora – guardava especial relevância”. Varnhagen elegeu cenários nos quais se desenrolaram acontecimentos que avaliou como fundamentais para a formação da identidade nacional (WEHLING, 1999, p. 70).

Além dos lugares emblemáticos, ou seja, os lugares de memória, Varnhagen fez uso da tática do esquecimento. Segundo Arno Wehling, Varnhagen, “preocupado em construir obra científica, pautada pela verdade contida nos documentos, e ao mesmo tempo engajado no processo de consolidação de um Estado e um projeto nacional, muitas vezes a memória suplanta a história” (WEHLING, 1999, p. 70).

Como podemos perceber o historiador-diplomata Varnhagen traçou sua narrativa num diálogo constante com a história e a memória. Para Walter Benjamin,

O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo. É exatamente o que faz o cronista, especialmente através dos seus representantes

clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna (BENJAMIN, 1994, p. 209).

Varnhagen permaneceu como um dos pais fundadores da historiografia brasileira, mesmo *não tendo sido reconhecido pelo Instituto Histórico como o ‘cronista-mor’ do Império* (GUIMARÃES, 1995, p. 561), basta observarmos o vasto material de estudo sobre ele e sua produção historiográfica, seus fundamentos ideológicos, traços epistemológicos, metodológicos, entre outros. Mas todos estes aspectos são também objeto de críticas e adjetivações negativas, tanto pelos seus contemporâneos, quanto por estudiosos de gerações futuras. Enquanto, de um lado, prevaleceram os elogios à sua obra, “segundo ele próprio afirmava, até de duas maiores autoridades em assuntos brasileiros, o naturalista alemão Von Martius, e o bibliotecários francês Ferdinand Denis” (GUIMARÃES, 1995, p. 560). Por outro lado, “encaminhada, finalmente, em 07 de dezembro de 1855 à Comissão de História, para interpor parecer, a História Geral do Brasil simplesmente caiu no esquecimento” (GUIMARÃES, 1995, p. 560). Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “as causas da frieza dos confrades da Corte, a recepção

pouco calorosa era decorrente das idéias que o historiador defendia acerca da religiosidade e da organização social dos primitivos habitantes da Terra de Santa Cruz” (GUIMARÃES, 1995, p. 560).

Com o não reconhecimento dos pares do IHGB e o silenciamento do Imperador diante das suas demandas nasceu o ressentimento de Varnhagen, o seu inconformismo, certo recalque. Conforme observou Lúcia Maria Paschoal Guimarães,

Inconformado, Varnhagen tentou ainda dar um quinau nos acadêmicos do Rio de Janeiro. Ao concluir o segundo volume da História Geral, em 1857, dirigiu-se mais uma vez ao soberano, para lhe pedir que o livro fosse oficialmente adotado “nas escolas de direito e militares, e nos colégios” do Império. Benesse, que também não lhe seria concedida. Lamuriando-se das “turbas invejosas e geralmente daninhas”, queixando-se do comportamento indiferente dos letrados ao soberano, dizia-se “(...) amargurado até pelos desfavores do Instituto... [...]”(GUIMARÃES, 1995, p. 560-561).

Esse amargor se tornou explícito ao observamos a correspondência ativa do historiador diplomata, em que é possível pinçar, no seu íntimo, os sentimentos,

desejos e conflitos. Como sugeriu Rebeca Gontijo, é por meio das correspondências, como outros documentos pessoais, que podemos constituir a subjetividade, intimidade do indivíduo, sendo possível perceber, os seus afetos, aborrecimentos, frustrações,

A correspondência pode ser vista, portanto, como um lugar de subjetividade e de sociabilidade, pois ela permite a construção e transmissão de uma espécie de clima emocional, que possibilita aproximações e afastamentos entre os missivistas. Por intermédio dela, eles podem estabelecer relações sociais, revelando a multiplicidade de interesses e de negociações postas em prática em momentos e situações específicas (GONTIJO, 2009, p. 52).

No artigo *História e Memória dos Ressentimentos*, Pierre Ansart propôs uma reflexão sobre os conceitos de ressentimento, história e memória, e as relações entre eles, além da compreensão e explicação do sentimento de ódio, hostilidade, que estão ocultas e que faziam parte da história. O autor discorreu sobre o conceito de ressentimento, com base nas discussões elaboradas por Friedrich W. Nietzsche, em que o mesmo

cruzou a abordagem histórica, psicológica e sociopolítica. A partir desta ótica, o autor definiu o ressentimento:

[...] um conjunto de “sentimentos” em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, “a experiência continuamente renovada” da impotência rancorosa. [...]. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada. [...] (ANSART, 2001, p. 18-19).

As considerações de Pierre Ansart possibilitaram fazermos uma reflexão sobre a tarefa, o papel do historiador, que se encontrava frente a indícios, signos, traços, linguagens, modos de comunicação, imagens, e conseqüentemente pensarmos sobre a tarefa do historiador-diplomata Varnhagen, levando em consideração aquilo que não estava dado, mas que está implícito nas emoções, nas hostilidades, das harmonias do seu presente (Guerra do Paraguai) e do momento/acontecimento a que debruçava (*História das Lutas contra os Holandeses*).

O ressentido Varnhagen, por ironia, legaria os “quadros de ferro” – cronologia e temas – que povoariam as páginas dos manuais escolares e conteúdos programáticos da disciplina de História do Brasil. A obra de Varnhagen, *História das Lutas com os Holandeses*, destaca-se como uma efetiva contribuição à historiografia referente às lutas com os holandeses, tendo em vista, principalmente, os aspectos militares do tema. Constitui-se em um marco da historiografia, considerando sua presença nas produções posteriores, referentes ao tema, invasão e expulsão dos holandeses, que traduz juntamente com a *História Geral do Brasil*, o que se denomina como a matriz varnhageniana – presente na produção historiográfica e ainda nos compêndios de ensino fundamental e médio.

COMPÊNDIOS ESCOLARES, LIVROS DIDÁTICOS: COMO LUGARES DE MEMÓRIA

O objetivo aqui é refletir sobre os manuais didáticos e os interesses atribuídos a estes, elencando marcos históricos dos séculos XIX e XX, que serviram de legitimadores de um saber histórico. Outro elemento a ser analisado é como a invasão holandesa foi abordada

em cada um dos manuais, percebendo as continuidades e rupturas acerca da temática abordada, ou seja, compreender como e porque tais obras instituíram suas interpretações sobre a invasão holandesa.

A escolha das fontes aqui analisadas se deu ao considerarmos alguns pontos relevantes na história do ensino de história e dos manuais didáticos sobre a história do Brasil, elegemos aquele produzido no Brasil Império, contexto do Segundo Reinado, sob a influência do IHGB, em consequência da vinculação ao projeto monárquico e elogio da colonização, e ainda aquele produzido no período republicano, final do século XIX e início do XX. Para tanto nos pautamos nos trabalhos de Circe Bittencourt, Thaís Nivia de Lima e Fonseca e de Arlette Medeiros Gasparello sobre história e ensino de história do Brasil. As investigações de Bittencourt servem de referência para compreendermos a origem desses materiais didáticos vinculados ao poder instituído, as práticas escolares e a utilização dos materiais didáticos em sala de aula. Segundo a autora,

A origem do livro didático está vinculada ao poder instituído. A articulação entre a produção didática e o nascimento do sistema educacional estabelecido pelo Estado distingue essa produção cultural dos demais livros, nos quais

há menor nitidez da interferência de agentes externos em sua elaboração (BITTENCOURT, 2008, p. 23).

Na leitura de Circe Bittencourt, o livro, manual didático, pode ser considerado um objeto cultural, cuja definição é um trabalho árduo para o historiador do ensino de História:

Por ser complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências (BITTENCOURT, 2008, p. 26).

Tais reflexões vão de encontro com os estudos de Arlette Gasparello, em seu artigo *O livro didático como referência de cultura histórica*, no qual afirmou

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), em 1838, possibilitou as condições institucionais para o surgimento de uma historiografia brasileira, produzida por

autores nacionais. O IHGB serviu ainda como legitimador das publicações didáticas de história do Brasil, e seus autores preocupavam-se em apresentá-las à instituição para serem reconhecidos. Em meados do século, foi publicada a primeira síntese erudita da formação nacional de autor brasileiro, a História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854) - obra que se tornaria referência para as publicações nessa área, tanto as consideradas eruditas quanto as dedicadas ao ensino (GASPARELLO, 2009, p. 268-269).

Em relação a essas questões concernentes ao ensino de História no e do Brasil, Thais Nivia de Lima Fonseca, nos apontou alguns aspectos para análise. Segundo a autora, “é difícil precisar o ensino de História no Brasil antes das primeiras décadas do século XIX, quando se constituía o Estado nacional e eram elaborados os projetos para a educação no Império” (FONSECA, 2011, p. 37).

A afirmação de Fonseca corroborou as de Gasparello e conseqüentemente as de Bittencourt, ao enfatizar que seria o IHGB e seus artífices quem iriam consolidar as bases duráveis para a constituição e surgimento de uma escrita da história que se tornou o

conteúdo de manuais didáticos de ensino de História do Brasil. Ao traçar a trajetória da História como disciplina escolar no Brasil, assinalou para os aspectos de exaltação da pátria ou formação do cidadão. Fonseca se voltou para a administração pombalina, na segunda metade do século XVIII, que

[...] ilustra bem a compreensão, por parte do Estado, influenciado pelo Iluminismo, do papel da educação no processo de modernização e de desenvolvimento. A ilustração esteve profundamente ligada às ideias de progresso, de civilização, de humanidade e de crença nas leis e na justiça como promotoras do bem-estar e da felicidade dos homens. A conquista do grau de civilização poderia ocorrer pela aplicação sistemática de princípios racionais, por meio do planejamento e do estudo. [...] (FONSECA, 2011, p. 39-40).

Para a autora, o período que se estendeu do século XIX até a década de 30 do século XX terá uma elite política e intelectual, que mantinham relação de poder com o Estado e, por conseguinte com as instituições ligadas a ele, no caso IHGB, preocupada com a importância da temática referente à construção de uma

identidade nacional, buscando na educação o lugar e o instrumento civilizador, unificador e edificador da identidade nacional brasileira. É nesse cenário que emergiria o projeto de escrita da história da nação de Varnhagen, narrativa esta que pode ser vislumbrada nas tramas didáticas de manuais escolares de autores como Joaquim Manuel de Macedo e nas supostas contestações ao ‘quadro de ferro’ varnhageniano, postas por João Ribeiro, sem perder as especificidades de abordagem de cada autor.

AS LUTAS CONTRA OS HOLANDESES NAS PÁGINAS DOS MANUAIS DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E DE JOÃO RIBEIRO

Francisco Adolfo de Varnhagen, ao escrever a *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, destacou particularmente os aspectos militares da temática. As obras posteriores podem e puderam, assim, complementar e suplantar, em matéria documental e interpretativa tal investigação, fato recorrente nas pesquisas históricas.

A obra de Varnhagen pode ser lida como um exemplo de um determinado tipo de pesquisa historiográfica, por se prestar a um exercício de história

da historiografia e como exemplo do uso estratégico da memória social para objetivos que visam a afirmação de identidade e de coesão de grupos étnicos.

Arno Wehling, em *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, fez uma reflexão sobre a presença da matriz varnhageniana no ensino de história de primeiro e segundo graus. Segundo o autor,

Em relação aos compêndios escolares, por mais de um século vigorou o que poderia ser chamada “a matriz varnhageniana”, um modelo pragmático com algumas características bem precisas. A partir da presença da história do Brasil no Colégio Pedro II, desde a década de 1830 e de sua introdução em outros estabelecimentos de ensino, tornou-se necessária a elaboração de manuais que orientassem os professores em suas classes (WEHLING, 1999, p. 212).

Entre aqueles que produziram compêndios escolares, destacamos Joaquim Manuel de Macedo, romancista e jornalista, que publicou em 1861 o livro *Lições de história do Brasil*. Neste período, Macedo era professor de História do Brasil do Colégio Pedro II e

membro do IHGB. Outro autor que se destaca, pela produção de compêndios, é João Ribeiro, professor do Colégio Pedro II, que em 1900 lançou *História do Brasil*. Enquanto a obra de Macedo transpunha a matriz de Varnhagen, caracterizada pelo nacionalismo, patriotismo, pelos heróis, aspectos militares e defesa de unidade nacional, João Ribeiro evidenciava e valorizava os aspectos não contemplados a fimco na obra de Varnhagen, como a formação étnica e os movimentos de colonização do interior do Brasil nos séculos XVII e XVIII (WEHLING, 1999, p. 214-2015).

Joaquim Manuel de Macedo redigiu as *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II* e as *Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária*, publicadas em 1861 e 1863, editadas respectivamente, sendo a segunda obra aqui analisada. Para Selma Rinaldi,

Obras de grande repercussão didática, elas seriam, em larga medida, as divulgadoras dos princípios e conteúdos fixados por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, publicada em 1854. Obras de perfil conservador, elas fixariam para as sucessivas gerações da boa sociedade imperial conteúdos, métodos, valores e imagens de uma História do

HISTÓRIA DAS LUTAS COM OS HOLANDEZES NO BRASIL: ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA,
DE MARCELA IRIAN ANGÉLICA MACHADO MARINHO

Brasil que cumpria o papel de não apenas legitimar a ordem imperial, mas também e sobretudo de pôr em destaque o lugar do império do Brasil no conjunto das “Nações civilizadas” e o lugar da boa sociedade no conjunto da sociedade imperial, permitindo, assim, a construção de uma identidade (MATTOS, 2000, p. 17).

Todas as lições que compõem a obra de Macedo foram escritas em número reduzido de páginas, acompanhadas de explicações, quadros sinópticos e de perguntas. Para Macedo,

Em trabalhos d’este gênero o methodo é sempre de importância essencial: ora é exactamente nas explicações, nas perguntas, e nos quadros synopticos annexos às lições, que se encontram as bases principaes do methodo que adotamos. Mas especialmente nas escolas de instrucção primária o professor é a alma do livro, e não há methodo que aproveite, se o professor não lhe da vida applicando-o com paciência e consciência no ensino. Um menino que tem decorado uma lição nem por isso sabe a lição: para que saiba é indispensável que comprehenda o que exprimem, o que significam as palavras que repetio de cor; por

esta razão annexamos no nosso compendio a cada lição algumas explicações, que o professor deve completar ajuntando a essas tantas outras quantas forem necessárias (MACEDO, 1996, p. 04).

Assim ficaram expressas as intencionalidades e objetivos do autor: pedagogia da nação, preocupada na construção do cidadão, o público que queria atingir, tendo em vista o plano adotado para compor sua obra. Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto da produção da obra de Macedo,

Neste Império do Brasil onde o unitarismo, a centralização político-administrativa, a transformação da boa sociedade em classe senhorial e a manutenção da ordem escravista eram construções a serem conservadas e consolidadas cotidianamente, mais do que nunca tornava-se necessário ordenar, civilizar e instruir. E nessa tarefa o manual didático e o professor deveriam exercer um papel significativo (MATTOS, 2000, p. 90-91).

A obra *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* é composta por sessenta e três lições, sendo que são dedicadas sete delas

(sessenta e nove páginas) à temática da invasão e luta contra os holandeses no Brasil.

Percebemos as influências da narrativa varnhageniana na obra didática de Macedo por meio das demarcações temporais, dos fatos e dos termos utilizados na composição dos títulos de cada lição. Assim como Varnhagen em *História das Lutas*, Macedo em *Lições* procurou enfatizar os exemplos do passado, como amor e heroísmo, virtudes cívicas, a crença no poder monárquico, manutenção da unidade, integridade territorial do Império do Brasil, o futuro da nação. A temática da guerra holandesa apresentava-se de maneira positiva a estes objetivos dos autores.

Macedo narrou os aspectos político-administrativos e militares da guerra contra os holandeses, apresentando de modo implícito o papel civilizador da guerra, momento de constituição da consciência nacional e, explicitamente, o caráter de formação do povo brasileiro, composto das três “raças” – negra, índia e branca, e de unidade e defesa territorial – com os mesmos adjetivos com os quais Varnhagen denominou essas “raças” e refletia sobre o território brasileiro.

Na Lição XVII *Primeira Invasão dos Holandeses – Perda e Restauração da Cidade do Salvador (1624-1625)*,

Macedo apresentou-nos a gênese das hostilidades holandesas, conforme vemos a seguir,

A Hollanda (republica das Provincias Unidas) vendo próxima a terminar-se a trégua supradita, tratou de preparar-se para continuar a guerra, e como a Hespanha tirava do seio da America prodigiosas riquezas que eram elvadas para a Europa em seus famosos galeões, organisou-se em 1621 n’aquella republica uma companhia com avultados cabedaes, e com grandes privilégios e auxílios garantidos pelo governo, tendo por fim não só apoderar-se no d’aquelles thesouros por meio de suas esquadras, como principalmente conquistar algum dos importantes paizes do domínio hespanhol. A companhia chamou-se das *Índias Occidentaes*, porque se destinava a operar na America, bem como uma outra das *Índias Orientaes* desde 1602 operava na Asia, com immensos prejuízos para a Hespanha, que ali tinha importantes domínios. Um conselho de dezenove membros, que por isso se intitulava conselho dos XIX, tomou a direcção da companhia das *Índias Occidentaes*, conforme os seus regulamentos, e em 1623 resolveu fazer invadir o Brasil, e de preferênciã conquistar a cidade do Salvador, [...] (MACEDO, 1906, p. 144).

O relato de Macedo corroborou com os de Varnhagen, dispostos no Livro Primeiro – *Primeiras Hostilidades, Especialmente contra a Bahia*, na obra *Historia das Lutas*, conforme observamos em um dos trechos abaixo,

No dia 8 de maio de 1624, foram avistadas as velas inimigas e, desde logo mandou o governador tocar a rebate e, juntando-se de novo a gente, a distribuiu como julgou acertado. O bispo apresentou-se, nessa mesma tarde, com uma companhia de eclesiásticos armados e, percorrendo as estâncias, exortava todos à defesa, o que igualmente, a seu exemplo, praticaram vários indivíduos das ordens religiosas, as quais, aliás, bastante faziam, então, avultar o numero dos moradores da cidade (VARNHAGEN, 1872, p. 17-18).

Mas que gente era essa que o bispo exortava a todos em defesa territorial brasileira? Alguns nomes apareciam de forma a representar e guiar essa gente branca, índia e negra.

Macedo, na Lição XVII *Segunda Invasão dos Holandeses – Perda de Olinda e do Recife e subsequente*

guerra até a retirada de Mathias de Albuquerque (1630-1635), relatava que

Mathias de Albuquerque chegou a Pernambuco a 19 de Outubro de 1629, trazendo por único auxilio três caravellas e vinte e sete soldados; e não achando na capitania nem tropas regulares, nem dinheiro, nem materiaes, mal pode cuidar convenientemente nas defezas. Aos 14 de Fevereiro de 1630 mostrou-se diante de Olinda a armada hollandeza, e no dia seguinte rompeu o fogo, ao mesmo tempo que Weerdenburch desembarcava com três mil homens no Pao Amarello, cerca de quatro léguas ao norte de Olinda, marchando na madrugada de 16 de Fevereiro sobre esta cidade, e tomando-a no mesmo dia, depois de ter batido na passagem do rio Doce a Mathias de Albuquerque, que valentemente lhe quiz disputar o passo (MACEDO, 1906, p. 154-155).

Neste fragmento podemos encontrar o elemento branco da formação do povo brasileiro, representado, de início, *valentemente* por Mathias de Albuquerque. Varnhagen, no Livro Segundo – *Desde a perda de Olinda até a deserção do Calabar*, da *História das Lutas*, não mediu as palavras para descrever as benfeitorias de

Mathias de Albuquerque, em defesa de parte do território brasileiro, Pernambuco:

Pelo que respeita a Mathias de Albuquerque, o mencionado manifesto faz-lhe justos elogios, dizendo: O valor do general Mathias de Albuquerque fez recordar a nobreza d'este povo dos sustos que tão divertidos os tinham. Mais explícitos foram os conselheiros de Estado em Portugal que, dando-se voto em consulta de 29 de abril, disseram: “E todos, de conformidade notaram que, pelo que se entendia destes avisos, Mathias de Albuquerque tinha procedido, com toda a satisfação, que se deve ter por coisa muito útil e importante, no desamparo em que se achou sua gente, e tão rodeado de inimigos, ter acordo e industria para queimar os navios e a carga de açúcar (VARNHAGEN, 1872, p. 55-56).

Outro elemento formador do povo brasileiro salientado na obra de Macedo seria o indígena, representado pelo índio Poty, ou Camarão. Na mesma lição supracitada, Macedo continuou narrando a segunda invasão dos holandeses e as atitudes político-administrativa de Mathias de Albuquerque, que

[...] em uma vasta planície que se estende entre o Recife e Olinda e em uma pequena eminência a uma légua d'aquella povoação, fundou Mathias de Albuquerque um arraial bem fortificado, que recebeu o nome de Bom Jesus, e reunindo ahi as forças cabidas com elle da cidade, e as que foram chegando do interior, adoptou o sytema de guerra que então mais convinha, creou as famosas companhias de emboscada, de uma das quaes foi capitão o celebre índio Poty (Camarão), natural do Ceará, e depois conhecido por Antonio Philippe Camarão, e assim conteve os Hollandezes, impedindo até a communicação do Recife e Olinda por aquelle lado, e de tal modo que, alem de outros, o general Loneq sahindo com numerosa escolta e cahindo na emboscada de Camarão, foi completamente batido, e só deveu a vida ou a liberdade à carreira veloz de seu cavalo (MACEDO, 1906, p. 154-155).

Macedo na Lição XXII *Guerra Hollandeza – Desde o rompimento da insurreição pernambucana até a primeira batalha dos Guararapes*, caracterizou Camarão como índio ilustro, hábil capitão, intrépido soldado, notável pelos seus serviços, que o levou a merecer do rei Philippe IV a graça do titulo de Dom para ele e seus

herdeiros, o foro de fidalgo, o habito da ordem de Christo com uma pensão pecuniária e a patente de capitão-mor (MACEDO, 1906, p. 154-155). O elemento indígena aparecia na obra de Varnhagen (no caso do índio Camarão), na *História geral do Brazil* e posteriormente na *História das Lutas*, associado aos aspectos civilizacionais, caracterizados como bravos e disciplinados, nos moldes que se pedia a boa sociedade, como indicou Macedo, para a construção e consolidação de um Estado imperial.

Na *História das Lutas*, Camarão apareceu novamente, compondo o panteão de heróis, que se uniram contra os inimigos estrangeiros, especificamente no Livro Quarto – *Desde a perda da Paraíba até a nomeação de Nassau*. De acordo com Varnhagen, o herói índio Camarão serviu seus valiosos serviços à nação, nas companhias de emboscadas organizadas por Mathias de Albuquerque. Eram os índios armados, liderados por Camarão que rompiam as marchas, para descobrirem os melhores caminhos para os militares de Albuquerque. Além de exercerem funções de exploradores, faziam a retaguarda da guerra contra os holandeses (VARNHAGEN, 1872, p. 128-129).

Outro elemento formador do povo brasileiro seria representado pelo negro, Henrique Dias, que nas

descrições de Macedo e Varnhagen também aderiu à causa nacional, juntamente com outro elemento branco, André Vidal de Negreiros.

Na Lição XIX *Guerra Hollandeza – Desde a retirada de Mathias de Albuquerque até a aclamação de D. João IV no Brasil (1635-1641)*, Macedo apresentou-nos o papel de Henrique Dias e de André Vidal de Negreiros nas lutas contra os holandeses. De acordo com o autor,

O conde Bagnuolo tomou o comando das tropas, e mais amestrado n'aquella guerra, encetou um systema de guerrilhas que, dirigidas por Camarão, pelos capitães André Vidal de Negreiros, Rebello, Souto, e por Henrique Dias, o nobre negro chefe de uma força de negros, causaram os maiores dannos e prejuizos aos Hollandeses (MACEDO, 1906, p. 166-167).

As menções à André Vidal de Negreiros (branco), a Camarão (índio) e a Henrique Dias (negro), ou seja, aos elementos constituintes do panteão de heróis da nacionalidade no compêndio de Macedo ainda apareceriam nas lições XXI *Guerra Hollandeza – Desde a aclamação de D. João IV até o rompimento da insurreição pernambucana (1641-1645)*, XXII *Guerra Hollandeza –*

Desde o rompimento da insurreição pernambucana até a primeira batalha dos Guararapes (1645-1648), e ainda, XXIII Guerra Holandesa – Desde a segunda batalha dos Guararapes até o tratado de paz celebrado entre Portugal e a Holanda (1648-1661).

Cabe ressaltar um trecho em que Macedo, na Lição XXI, ao se debruçar sobre o período que se estendeu de 1641 à 1645, descreveu como os três elementos formadores se uniram contra o inimigo estrangeiro, a Holanda, antes do último período de guerra no Brasil, que se estendeu de 1645 à 1654. Segundo Macedo,

Ajustado quando foi preciso, e concertados todos os planos com a promessa de auxílios secretos do governador-geral do Brasil, voltou Vidal de Negreiros para a Bahia, e nomeado logo, a fim de dar execução à difícil empresa, governador da fronteira do norte, que era o rio Real, apenas ali chegou fez partir para os sertões de Pernambuco o capitão Antonio Dias Cardoso com setenta soldados, e a 25 de março de 1645 o bravo Henrique Diaz com toda a sua gente, e sob pretexto de perseguir a este o famoso D. Antonio Philippe Camarão com seus índios (MACEDO, 1906, p. 166-167).

Com os trechos acima reiterados, é possível perceber a influência da escrita varnhageniana na obra de Macedo, seja na arquitetura do manual didático e na disposição dos títulos das lições, seja na apresentação dos conteúdos, fatos, feitos e datas. Tal situação não se repetiria na obra de João Ribeiro, que procurou evidenciar aspectos que não foram contemplados a fundo por Varnhagen e muito menos por Macedo, especialmente no que se referia à temática da invasão holandesa.

João Ribeiro foi professor do Colégio Pedro II, na época do Ginásio Nacional, sendo nomeado e assumindo em 1890 para a cadeira de História Geral. Além disso, era membro da Academia Brasileira de Letras, do IHGB, crítico literário, poeta, artista plástico e tradutor de livros (ARARIPE JUNIOR, 1901, p. V).

A sua obra, aqui analisada, *História do Brasil (Curso Superior)*, lançada em 1900, reorganizou os conteúdos de história, apresentando uma história nacional e também local, evidenciando um Brasil fruto do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação indígena e de escravos negros – personagens que compunham o quadro de sua obra.

Na *Introdução* de seu compêndio, Ribeiro retomando a tradição de escrita dos primeiros cronistas

e historiadores, que denominavam suas obras de Notícias ou Tratados do Brasil, chegou a algumas conclusões. De acordo com Patrícia S. Hansen,

Seu livro História do Brasil expressa de maneira bastante eloqüente de que modo algumas experiências vividas por sua geração implicavam em uma revisão da história do Brasil, fundamentada sobre pressupostos que estavam tornando hegemônicos na produção historiográfica, para que o ensino da disciplina cumprisse seu papel em um momento considerado decisivo para o destino do país (HANSEN, 1998, p. 45).

Devido ao fato de o Brasil ter se tornado uma nação, este tipo de escrita se perdeu e passou a ser escrito nos moldes do estilo europeu. Isso fez com que os estudiosos não olhassem mais para o interior do Brasil e passassem a olhar para os movimentos externos, para as questões políticas e administrativas, de ocupação territorial e das batalhas. Ribeiro entendeu que os livros didáticos carregavam este modelo de análise, conforme ele mesmo expôs: “em geral, os nossos livros didáticos da história pátria dão excessiva importância à acção dos governadores e a

administração, puros agentes (e sempre deficientíssimos) da nossa defesa externa” (RIBEIRO, 1901, p. XVIII).

A crítica aos livros didáticos não era vazia de sentido, pois estava se contrapondo aos manuais que tinha inspiração na obra de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, especialmente a *Lições de História do Brasil* de Macedo, que como sabemos foi adotada por anos no Imperial Colégio Pedro II, da qual era também professor. Na *Introdução* de sua obra, ainda, Ribeiro lançou duas questões que nos interessa e as responde:

O que resta entre nós dos holandezes? Nada, senão os efeitos do monopólio e uns começos de sensibilidade pessoal e autonoma que nos produziu a irritação da lucta. Qual o vestigio dos hospañoes em 60 annos de domínio? A possibilidade de formar sem contestação o Brasil maior e romper o estreito óbice do meridiano da demarcação. Nenhum dos dous grandes resultados é caracteristicamente hollandez ou hespanhol e a elles podíamos chegar por outros instrumentos do nosso destino RIBEIRO, 1901, p. XVII).

É a partir deste questionamento de Ribeiro que iremos analisar como a temática da invasão holandesa foi tratada em sua obra. Segundo Ribeiro, a edificação – formação do Brasil foi realizada pelo Brasil interno e não por questões externas, pois

Ao contrário, nas suas feições e physionomia, o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catechisaram longínquas tribus, levando assim a circulação da vida por toda parte até os últimos confins. Essa historia a que não faltam episódios sublimes ou terríveis, é ainda hoje a mesma presente, na sua vida interior, nas suas raças e nos seus systemas de trabalho que podemos a todo o instante verificar. Dei-lhe por isso uma grande parte e uma consideração que não é costume haver por ella, neste livro (RIBEIRO, 1901, p. XVII-XVIII).

A obra é composta por nove partes, divididos em capítulos, sendo a temática da luta contra os holandeses no Brasil disposta, na terceira parte do livro de Ribeiro, intitulada *Luta pelo comércio livre contra o monopólio (franceses e holandeses)*, e foram dedicados quatro

capítulos a discorrer sobre o tema, correspondendo a dezenove páginas. No capítulo 8, sob o título de *O verdadeiro antecedente da invasão holandesa*, Ribeiro explicou a gênese dos conflitos bélico, apontando as razões que criaram possibilidade de haver hostilidades entre Brasil e Holanda, contrapondo a uma visão geral sobre os fatos. Segundo Ribeiro,

Em geral explica-se a agressão do holandezes ao Brasil pela guerra que sustentaram por setenta annos contra a poderosa Hespanha, defendendo a sua independência e liberdade religiosa contra os reis hespanhoes, campeoes do catholicismo. Mas essa explicação, satisfactória em parte dos sucessos, é insufficiente para comprehendel-os no todo. A história universal não se compõe apenas de dados políticos. O mesmo destino que a posição marítima á beira do littoral europeu assegurava a Portugal, caberia agora á Hollanda possuindo ainda maiores riquezas hydraulicas e um instincto de commercio ainda mais intelligente e desenvolvido (RIBEIRO, 1901, p. 112).

Por se contrapor as narrativas que partem somente das questões políticas, Ribeiro nos apresentou outra explicação para as hostilidades entre Brasil e

Hollanda, uma visão diferente da de Varnhagen e Macedo, mais preocupados com as questões militares e memorialísticas. Para Ribeiro,

A agressão holandesa, como a francesa e inglesa, explicam-se antes por um princípio superior, que nesse tempo foi a consequência dos descobrimentos do oriente e do occidente, e esse princípio era a lucta do livre commercio contra o monopólio. [...]. foi portanto o monopólio a rasão da guerra, e não talvez a posse do território idéia sugerida mais tarde como um meio de garantir o commercio colonial (RIBEIRO, 1901, p. 114).

Em *História das Lutas*, Varnhagen não deixou de apresentar tais fatos referentes ao comércio e monopólio, porém deu maior ênfase as questões militares e de defesa territorial, movido pelos objetivos que já tomamos nota, em contexto distinto ao de Ribeiro, e com aspirações contrárias. Macedo, especialmente na Lição XVII *Primeira Invasão Holandesa – Perda e Restauração da Cidade do Salvador (1624-1625)* (Cf. MACEDO, 1906, p. 144-153), seguiu o método a fio de Varnhagen, movido pelos mesmos desejos e ideologias.

No capítulo *Invasão de Pernambuco, Guerra da libertação (1630-1649)*, Ribeiro discorreu sobre a invasão e conquista de Pernambuco pelos holandeses – o período em que Mauricio de Nassau foi governou em Pernambuco e alguns sujeitos históricos envolvidos neste processo.

Ribeiro não fugiu a regra estabelecida por Varnhagen, em *História das Lutas*, nem por Macedo, em sua *Lições*, pois apoiou-se nos dados que esses dois autores em suas respectivas obras já haviam nos apresentado, sendo que o diferencial, por exemplo, era o de reconhecer o papel de Mathias de Albuquerque, Camarão, Henrique Dias e Vidal de Negreiros, mas exaltando esses ditos heróis que compunham o panteão da nacionalidade brasileira, imputando aos *chronistas* a responsabilidade de tais significações.

Ribeiro finalizou seu trabalho fazendo referência a um poeta holandês chamado de van Haren, que tinha como expressão a frase *Verzuimd Braziel*, que significava *Brasil desamparado*. Segundo o autor,

A época do Brasil hollandez foi realmente grande e sumptuosa. Não só foi grande por serem os nossos mares, pela primeira e ultima vez, o teatro da lucta de esquadras gigantescas e das grandes acções navaes que

nesse século fizeram a primeira distribuição do mundo, como principalmente pelo exemplo de cultura liberal e de civilização que a nossa terra jamais conhecera (Cf. MACEDO, 1906, p. 127).

E em seu último capítulo dedicado, especificamente, à temática da invasão, expulsão e lutas contra os holandeses, Ribeiro teceu elogios ao período ali compreendido, em que Mauricio de Nassau governou Pernambuco, onde havia liberdade religiosa, católicos com seus cultos e judeus celebrando o Sabah. Havia, ainda, a proteção do príncipe Nassau aos homens humildes e aos mais exímios; a liberdade aos negros que abandonavam a resistência portuguesa, sendo recebido posteriormente como homens livres; casamentos entre brasileiras e holandeses e, ainda, os aspectos artísticos, culturais e científicos que fazia parte do cotidiano do Brasil holandês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Varnhagen escreveu a *História das lutas*, movido pelas questões de seu tempo, no calor dos conflitos do Prata e com a finalidade de recordar aos brasileiros, envolvidos na Guerra contra o Paraguai (estava em

1866), que seus patrícios já haviam enfrentado outro país ainda colônia – os invasores holandeses – e que teriam sido vitoriosos.

Macedo, ao escrever suas *Lições*, transpôs para o plano escolar a *História geral do Brasil*, e conseqüentemente, a *História das Lutas*, pois assim como Varnhagen, era um monarquista com as mesmas inspirações nacionalistas, preocupação com heróis e campanhas militares vitoriosos, além da defesa da unidade nacional. Como reafirmou Renilson Rosa Ribeiro, em análise sobre as representações criadas pelos livros didáticos de história, sobre o Brasil colonial, Macedo, em seu livro,

[...], seguindo os passos do mestre Varnhagen, contava uma história essencialmente política protagonizada pela elite administrativa e militar e adotava uma abordagem cronológica que incentivava a memorização dos fatos históricos. Além disso, Macedo pregava a necessidade da continuidade e do combate à ruptura entre passado (colônia) e presente (império), principalmente da não ruptura Portugal e Brasil no momento de independência brasileira e na legitimidade do trono bragantino na direção do novo país (RIBEIRO, 2007, p. 56).

Por outro lado Ribeiro, descreve a situação daquele Brasil holandês e sua gente, sob o comando de Mauricio Nassau e como ele ficaria, se voltasse a ser como antes dessa administração, ou seja, como antiga capitania, colônia portuguesa: desamparado e esquecido. Essa afirmativa remete aos ideais pessoais, intelectuais e políticos de Ribeiro, no momento da escrita, que não se esquecia dos fatos passados durante o período que se estendeu de 1624 à 1654, das guerras contra os holandeses, trazendo à tona elementos que compunham, suplantavam e complementavam aquelas outras obras, livros que há tantos anos haviam sido produzidas e publicadas, como as de Varnhagen e Macedo.

De acordo com Arno Wehling, Capistrano de Abreu fez sérias críticas ao compêndio de Macedo, amparado na sua condição de historiador e na de professor do Colégio Pedro II, afirmando que “os quadros de ferro” das interpretações varnhagenianas foram por Macedo introduzido nas escolas através do seu manual (WEHLING, 1999, p. 213). Em análises sobre os instrumentos didáticos produzidos na primeira República do Brasil, Carla Villamina Centeno elegeu a obra de Ribeiro como uma das mais importantes, no intuito de compreender as funções assumidas pelo seu

compêndio na relação educativa e dos conteúdos didáticos que difundida. Segundo Centeno,

João Ribeiro deve ser incluído entre os pensadores que criticavam a falta de originalidade dos intelectuais brasileiros, por produzirem teorias estrangeiras e priorizarem a história política, dando destaque aos feitos administrativos. Imbuídos dessa crítica e com os ‘olhos voltados para o interior’, tais pensadores produziram obras com intuito de entender as especificidades do povo brasileiro. Sob diferentes concepções teóricas, autores como Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Tobias Barreto e Sylvio Romero foram importantes referências da ‘redescoberta’ do Brasil (CENTENO, 2013, p. 175).

Capistrano teve razão, ao fazer tais afirmações, como pontuou Arno Wehling e como constatamos no decorrer de nossa análise, parece ter influenciado na elaboração da *História do Brasil (Curso Superior)* de João Ribeiro. De acordo com Centeno,

A necessidade de mostrar os movimentos internos do Brasil e de afirmar as especificidades do povo pode ser compreendida como resistência ao ‘novo

colonialismo' do final do século XIX, fruto das mudanças econômicas que iniciaram um processo de profundas alterações no capitalismo, desembocando em sua fase imperialista. Essa nova fase envolveu todo o universo, ocasionando outra forma de disputa por mercados. A Europa, referência de mundo desenvolvido e mito do colonizador 'branco', era um modelo a ser seguido e, contraditoriamente, negado. Fator que influenciou essa busca da história 'interior' do Brasil, de suas particularidades, a recusa em admitir que a história do Brasil fosse construída pelos fatores externos, foi a reação a tudo que estava ligado, de alguma forma, ao passado colonial português e, sobretudo, ao Império. Essa foi uma característica dos intelectuais que abraçaram a causa republicana. João Ribeiro não nega o aspecto universal, as articulações que devem ser feitas entre a 'história local e a externa'. Sua crítica é ao antigo regime, à monarquia, no caso do Brasil ao império e aos portugueses (CENTENO, 2013, p. 175).

São os fatos expostos acima que justificaram as críticas de Ribeiro à concepções de historiadores como Varnhagen, figura eminente do IHGB, articulador daqueles que apoiavam o Império, a monarquia e a seus

seguidores, como por exemplo Macedo. São também os pontos acima colocados que orientaram estudiosos a elaborarem e reelaborarem suas interpretações, representações e problematizações nos manuais e compêndios sobre a história do Brasil, com o intuito de servir posteriormente como instrumentos pedagógicos, didáticos, políticos, ideológicos e/ou memorialístico.

Nesse sentido, merecem destaque as seguintes afirmações do escritor Milan Kundera: “para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhes escreve outros livros, lhes dá outra cultura e lhes inventa uma outra história” (KUNDERA, 1987, p. 60).

Tanto Varnhagen, quando Macedo e Ribeiro, não liquidaram os povos, não lhes tiraram a memória, não destruíram os livros, cultura, história, mas escreveram outros livros, os identificaram e descreveram culturalmente e inventaram outras histórias. No que se refere à temática da invasão – luta e expulsão dos holandeses – cada um inventou um Brasil, por meio de suas concepções de história, fazendo arranjos nos fatos, nas temporalidades e nos sujeitos históricos que compunham os episódios da invasão e expulsão dos holandeses do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANSART, P. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 18-19.

ARARIPE JUNIOR, T. A. “João Ribeiro. Filólogo e historiador”. In: RIBEIRO, João. **História do Brasil** (Curso Superior). 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901, p. V – XVI.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. 7ed. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CENTENO, C. V. O compêndio História do Brasil – curso superior de João Ribeiro: análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático. **Acta Scientiarum**. Maringá, vol. 35, n. 2, jul.-dez., 2013.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FONSECA, T. N. L. **História & Ensino de história**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GASPARELLO, A. M. “O livro didático como referência de cultura histórica”. In: GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (orgs.). **A escrita da História Escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 268-269.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GONTIJO, R. **Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu**. Escritos. Rio de Janeiro, vol. 2, 2009.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**. Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995, p. 561.

GUIMARÃES, M. L. S. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 01, 1988.

HANSEN, P. S. “João Ribeiro e o ensino da História do Brasil”. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Histórias do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Access Ed., 1998, p. 45.

IGLÉSIAS, F. **Historiadores do Brasil**: capítulos da historiografia brasileira. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Nova Fronteira; Ed. UFMG; IPEA, 2000.

KUNDERA, M. **O livro do Riso e do Esquecimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MACEDO, J. M. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1906.

MATTOS, S. R. **O Brasil em lições**: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access Ed., 2000.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

RIBEIRO, J. **História do Brasil** (Curso Superior). 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

RIBEIRO, R. R. Representações didáticas do Brasil Colonial. **ETD- Educação Temática Digital**. Campinas, vol. 8, n. 2, jun. 2007, p. 56.

VARNHAGEN, F. A. **Correspondência Ativa, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

VARNHAGEN, F. A. **Historia das Lutas com os Holandeses no Brazil desde 1624 a 1654**. Lisboa: Tipografia de Castro Irmãos, 1872.

WEHLING, A. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Recebido em: 18/05/2016

Aprovado em: 19/05/2016

Publicado em: 06/08/2016